



349

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0005607-49.2009.8.17.0480 (0243662-8)

APELANTE: JOSEILDO CORREIA DE MELO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO QUALIFICADO. ART. 157, § 2º, I, CPB. RECURSO DEFENSÓRIO. ALEGAÇÃO DE ESTADO DE NECESSIDADE. NÃO CONFIGURADOS OS REQUISITOS DO ART. 24 DO CPB. DOSIMETRIA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NÃO PROVIMENTO DO APELO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. Ao contrário do que alega o apelante, não foi demonstrado nenhum risco ou ameaça, a direito seu ou de terceiro, que justifique o delito praticado. No momento do crime, o acusado estava em poder de algum dinheiro em espécie, um aparelho celular e uma arma de fogo, enquanto cumpria pena no regime semi-aberto pela condenação em outros dois processos pela prática de roubos qualificados, não havendo qualquer indicação de que possuísse familiares no município e menos ainda que estivessem em situação de risco a exigir o sacrifício de direito alheio para evitar mal maior, conforme determina o art. 24 do CPB.
2. Quanto à dosimetria da pena, o juiz sentenciante elencou algumas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao acusado que justificam a fixação da pena-base acima do mínimo legal, e em seguida, efetuou a compensação entre agravante (reincidência) e atenuante (confissão espontânea), mantendo a mesma reprimenda na segunda fase, que somente foi majorada em 1/3 (um terço) em virtude da causa de aumento prevista no inciso I, § 2º, do art. 157 do Código Penal, não merecendo, portanto, qualquer reforma.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0005607-49.2009.8.17.0480 (0243662-8) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, negar provimento ao apelo, consoante o voto do Des. Relator.

Recife, 1º de *Julho* de 2014.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0005607-49.2009.8.17.0480 (0243662-8)

APELANTE: JOSEILDO CORREIA DE MELO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Joseildo Correia de Melo** em face da sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, que o condenou à pena definitiva de 10 (dez) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 80 (oitenta) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I, do Código Penal.

A denúncia, baseada no Inquérito Policial, afirma que em 24 de julho de 2009, por volta das 18h20min, na Rua Jornalista Aníbal Fernandes, no bairro de Nossa Senhora das Dores, em Caruaru, o acusado, ora apelante, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, subtraiu uma carteira porta-cédulas contendo R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) e um aparelho de telefonia celular marca Nokia, pertencentes a Helmiton Nereu Alves Bezerra.

Consta da peça acusatória que ao chegar em frente a sua residência a vítima foi abordada pelo recorrente, que colocou a arma em seu pescoço e o obrigou a entregar a carteira e o celular, fugindo logo em seguida. Pouco tempo depois, uma patrulha da polícia militar passou pelo local e a vítima os acionou, tendo então localizado o acusado algumas ruas depois, e efetuado a prisão com a recuperação do que fora roubado.

Encerrada a instrução processual, o Juízo *a quo*, na sentença (fls. 93/97), entendendo comprovada a materialidade e a autoria, julgou procedente a denúncia e condenou o réu pelo crime de roubo qualificado, nos termos em que ofertada a denúncia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Inconformada, a defesa pugna, nas razões recursais (fls. 106/112), pela absolvição por entender que restou caracterizada a excludente de ilicitude prevista no art. 23, inciso I, do Código Penal, e subsidiariamente, pela diminuição da reprimenda imposta, através da fixação da pena-base no mínimo legal e da compensação da agravante de reincidência específica com a atenuante da confissão espontânea.

Em sede de contrarrazões (fls. 119/123), o Ministério Público rechaça o argumento defensivo de configuração do estado de necessidade, e aduz que a dosimetria imposta se encontra em consonância com as circunstâncias presentes no presente caso, pugnando, assim, pela manutenção da sentença recorrida.

No mesmo sentido, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às 135/137, opina pelo não provimento do apelo.

É O RELATÓRIO.

A Douta Revisão.

Recife, 06 de fevereiro de 2014.

Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0005607-49.2009.8.17.0480 (0243662-8)

APELANTE: JOSEILDO CORREIA DE MELO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, cuida-se de apelação criminal interposta por **Joseildo Correia de Melo** em face da sentença que o condenou à pena definitiva de 10 (dez) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 80 (oitenta) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I, do Código Penal.

Nas razões recursais, a defesa pugna pela absolvição diante da caracterização da excludente de ilicitude prevista no art. 23, inciso I, do Código Penal, e subsidiariamente, requer a diminuição da reprimenda imposta, com a redução da pena-base para o mínimo legal, e a compensação da agravante de reincidência específica pela atenuante da confissão espontânea.

A autoria e a ocorrência do fato delitivo estão devidamente comprovadas, não havendo, portanto, qualquer insurgência nesse sentido, cingindo-se o presente recurso a discutir a incidência do estado de necessidade e a dosimetria da pena.

Nas oportunidades em que foi ouvido (fls. 12 e 83), o apelante confirmou a autoria do assalto e alegou que o fez porque "estava precisando de dinheiro; que tem duas filhas, chegou em casa não tinha o que comer e se desesperou".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Como é sabido, o estado de necessidade é causa objetiva de exclusão da antijuridicidade. Dessa forma, só se verifica quando presentes todos os pressupostos elencados no art. 24 do Código Penal, que assim dispõe:

Art. 24 – Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

Assim, para a sua caracterização, é indispensável que haja um perigo real ou iminente, uma ameaça a direito próprio ou alheio, que não tenha sido provocada pelo agente.

Contudo, ao contrário do que alega o apelante, não foi demonstrado nenhum risco ou ameaça, a direito seu ou de terceiro, que justifique o delito praticado.

Restou cabalmente demonstrado nos autos que além dos objetos roubados o acusado estava em poder de outro aparelho celular e da quantia de R\$ 33,00 (trinta e três reais), além de um revólver calibre 32 e três munições. Além disso, vale ressaltar que no momento do crime o recorrente estava cumprindo pena no regime semi-aberto por pelo menos uma das duas condenações anteriores pela prática de roubo qualificado.

Saliente-se que não foi acostado nos autos qualquer comprovação de que o acusado possuísse familiares no município, e menos ainda de que estivessem em situação de risco a exigir o sacrifício de direito alheio para evitar mal maior, sobretudo quando o acusado optou por utilizar arma de fogo letal, com funcionamento regular e devidamente municiada.

Desse modo, não há como prosperar a alegação de inocência levantada em seus arrazoados recursais, pois evidente a sua reponsabilidade livre e consciente na prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, de maneira que o Juízo *a quo* não poderia ter tomado outra decisão que não fosse condená-lo.

Quanto a dosimetria da pena, cumpre salientar que o tipo penal imputado ao réu prevê a pena abstrata de 04 (quatro) a 10 (dez) anos de reclusão e multa, tendo o juiz sentenciante, ao analisar as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CPB, aplicado a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

pena definitiva de 10 (dez) anos e 08 (oito) meses de reclusão, procedendo com as seguintes considerações:

Culpabilidade - O Código Penal Brasileiro, na análise das circunstâncias judiciais, manda o julgador observar a culpabilidade, quando, na realidade, a verdadeira intenção do legislador foi a de determinar a aferição do grau de culpabilidade, ou seja, o maior ou menor índice de reprovação da conduta do réu. Dessa forma, considero que o réu agiu com **alto grau de culpabilidade**, dolo intenso, com o firme propósito de subtrair da vítima o que desejava, mediante grave ameaça, chegando a se evadir do local com sucesso com o produto do roubo.

Antecedentes - O réu registra maus antecedentes, pois **condenado anteriormente duas vezes por crime roubo, qualificado pelo emprego de arma**, fls. 91. No entanto, a valoração desta circunstância deve ser realizada na análise das **causas agravantes**, para efeito de reincidência, circunstância esta que, sendo ônus mais grave, é **proponderante**. O fato mais grave absorve o menos grave. Impossível, portanto, a valoração negativa de maus antecedentes ao réu, sob pena de bis in idem (dupla valoração). **A circunstância não será tida como desfavorável.**

Conduta Social - Não há, nos autos, elementos indicativos de que o denunciado tenha má conduta social, então tenho como **favorável**.

Personalidade - Não restou demonstrado que o réu possua personalidade que possa ser considerada em seu desfavor. Portanto, considero como **favorável**.

Motivos - Não consta, porém, normalmente, o motivo do roubo é lucro fácil. **Desfavorável.**

Circunstâncias - O crime foi praticado em circunstâncias que facilitaram a atuação do acusado, que se valeu do momento em que a vítima abria o portão de sua casa para entrar, tomando-a de surpresa. Então, **desfavorável.**

Consequências do Crime - Não houve maiores consequências. Tenho como **favorável.**

Comportamento da Vítima - A vítima não contribuiu para a produção do resultado. Circunstância **desfavorável.**

Penas - O art. 157 do CPB, fixa para o delito de roubo a pena de reclusão de 04(quatro) a 10(dez) anos e multa.

Considerando o acima fundamentado, à luz do art. 59 do CP, sendo o réu primário, tenho por razoável, ante todos esses aspectos analisados, fixar-lhe a pena base em **oito anos de reclusão**.

Aumento a pena em seis meses ante a existência de circunstância agravante de reincidência.

Ante a incidência da circunstância atenuante de confissão espontânea, prevista no artigo 65, III, d, C.P., reduzo a pena em seis meses.

Aumento a pena em um terço, em face da causa contida no § 2º, I, do art. 157, do CP (emprego de arma).

Inexiste causa de diminuição de pena, pelo que resta fixada definitivamente em dez anos e oito meses de reclusão, que deverá ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, à luz do art. 33, § 2º, a, do CP.

Assim, observo que o magistrado elencou algumas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao acusado que justificam a fixação da pena-base acima do mínimo legal, e em

134



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

seguida, efetuou a compensação entre agravante (reincidência) e atenuante (confissão espontânea), mantendo a mesma reprimenda na segunda fase, que somente foi majorada em 1/3 (um terço) em virtude da causa de aumento prevista no inciso I, § 2º, do art. 157 do Código Penal.

Com efeito, verifico que a fixação da pena-base mostrou-se justa e proporcional, pois apesar de fixada acima do mínimo legal, observou os limites impostos na legislação pertinente, se encontra devidamente fundamentada e condizente com a necessidade de repressão e prevenção da prática delitiva.

Por fim, no tocante a causa especial de aumento prevista no inciso I, do § 2º, do art. 157, do CPB, o acréscimo foi aplicado na menor fração prevista no dispositivo legal, não havendo qualquer justificativa fática ou legal que recomende o seu afastamento, devendo ser mantida a pena definitiva estabelecida na decisão recorrida.

Assim, no tocante à dosimetria da pena, verifico que a sua fixação foi adequado ao caso concreto, não merecendo, portanto, qualquer reforma.

Igualmente, quanto à pena pecuniária estabelecida na sentença condenatória, deve ser mantida a multa fixada na sentença, tendo em vista a proporcionalidade e a razoabilidade da quantidade de dias-multas e do valor empregado em relação à pena privativa de liberdade.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento ao apelo** interposto pela defesa do sentenciado, Joseildo Correia de Melo, confirmando-se a sentença condenatória em seus integrais termos.

É COMO VOTO.

Recife, 1º de Julho de 2014 ..

Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



155

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0005607-49.2009.8.17.0480 (0243662-8)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSEILDO CORREIA DE MELO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Sueli Gonçalves de Almeida

VOTO DE REVISÃO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

JOSEILDO CORREIA DE MELO foi condenado a 10 (dez) anos e 08 (oito) meses de reclusão, pela prática de crime previsto no artigo 157, §2º, inciso I, do CP, através de sentença prolatada pelo Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru.

Inconformado, o réu interpõe o presente recurso de apelação.

Pugna por sua absolvição, ao argumento de que teria cometido o crime sob o manto da excludente do estado de

necessidade (artigo 23, inciso I, do CP), já que pretendia apenas obter recursos para alimentar as suas filhas.

De outra parte, pede a redução da pena cominada, diante da presença de circunstâncias judiciais favoráveis e mediante compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência.

Pois bem.

Em primeiro lugar, no que se refere ao pedido de absolvição, não há qualquer possibilidade de acolhimento do recurso, na medida em que a materialidade e a autoria do delito se encontram demonstradas nos autos, e que, de outra parte, não existem provas nos autos de que o réu tenha agido sob a excludente da ilicitude do estado de necessidade. Pelo contrário, dos elementos colhidos, conclui-se ser tal alegação mera retórica de defesa, haja vista que o acusado possui duas condenações anteriores também por crime de roubo (fl. 85) - de modo que é, na verdade, contumaz na vida criminosa - e a *res furtiva* não se tratou de gênero alimentício com o qual pudesse aplacar a fome pela qual supostamente estariam passando as suas filhas. Para tal, além disso, não se justificaria o roubo, crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ainda mais quando perpetrado com a utilização de arma de fogo. Também neste sentido:

TJPR: Exclusão de ilicitude - Roubo qualificado - Alegado estado de necessidade - Falta de prova - Incompatibilidade dessa excludente de antijuridicidade com o crime de roubo qualificado. I - O estado de necessidade não se compadece com o crime de roubo, ainda mais se praticado com emprego de arma, quando, ultima ratio, o furto - opção de dano muito e muito menos extenso ou intenso - aplacaria a alegada necessidade insuperável, sem falar, por exemplo, na venda da arma, com obtenção do numerário dito faltante.

157

(...). (Apelação crime 205504-7. Terceira Câmara Criminal.
Relator Des. Rabello Filho. Julgamento em 26/11/2002)

Por tal motivo, não merece guarida o pedido de absolvição.

Quanto à pena cominada, também não vislumbro razão para que se seja alterada, até porque, diferentemente do que diz a defesa, o juiz observou a incidência de circunstâncias judiciais favoráveis ao acusado e promoveu a compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, embora, a meu ver, este último não seja o entendimento correto, visto que, nos termos expressos do artigo 67 do CP, as circunstâncias preponderantes são aquelas "que resultem dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência", dentre as quais não se inclui, portanto, a confissão espontânea. Deve ser mantida a decisão, no entanto, para que não se incorra em *reformatio in pejus*.

De resto, a pena-base restou fixada em patamar acima do mínimo legal em razão da avaliação amplamente negativa da culpabilidade do agente, assim como das circunstâncias do delito e do comportamento da vítima, que em nada contribuiu para a ação delitiva.

Frise-se, ainda, que, na terceira fase da dosimetria, o julgador sentenciante aumentou a pena com base na fração mínima prevista na lei.

Assim é que, não havendo qualquer excesso ilegal na pena, a sentença deve ser mantida também nesta parte.

158
Por todo o exposto, o meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso, para o fim de que seja mantida na íntegra a decisão impugnada.

É COMO VOTO.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Quarta' followed by a stylized flourish.